

## EM MEMÓRIA DE EMÍLIO MARCONDES RIBAS \*

JOSÉ ANTÔNIO ALVES DOS SANTOS \*\*

Agradeço, profundamente sensibilizado, ao Exmo. Sr. Diretor, aos prezados mestres e aos caros companheiros de Comissão a oportunidade que me deram de reverenciar, ainda uma vez, a memória do DR. EMÍLIO MARCONDES RIBAS, inegavelmente um dos pré-homens do sanitário brasileiro.

Filho da mesma terra e tendo ingressado no quadro de médicos do antigo Serviço Sanitário de São Paulo, procurei conhecer melhor a vida e a obra de EMÍLIO RIBAS, cuja respeitável figura me impressionara tão fundo desde minha juventude.

Foi nesta Casa, porém, que também foi de EMÍLIO RIBAS, ao influxo dos laços afetivos, espirituais e científicos que o prendiam aos que aqui mourejavam, liderados pelos saudosos professores Paula Sousa e Borges Vieira, que vi crescer em mim, ainda mais, a admiração a êsse homem de escol, cujas virtudes cívicas, intelectuais e morais serão sempre para nós motivo de justificado orgulho.

O contristador desconhecimento que ainda pesa, mesmo entre nós, sobre a personalidade e o fecundo labor de EMÍLIO RIBAS à frente do Serviço Sanitário paulista, obscurece-lhe o mérito de campanhas memoráveis, cuja primazia indiscutivelmente lhe pertence.

Não obstante, o seu nome tem sido venerado por grande número de colegas, amigos e admiradores como:

Clemente Ferreira <sup>38</sup>, Vital Brasil <sup>13, 14</sup>, Geraldo Paula Sousa <sup>83</sup>, F. Borges Vieira <sup>85-87</sup>, F. A. Cardoso <sup>17</sup>, J. Maria Gomes <sup>42</sup>, Paulo C. A. Antunes <sup>7</sup>, H. M. Sampaio Correia <sup>19</sup>, M. J. Ferreira <sup>40</sup>, F. Salles Gomes Jr. <sup>41</sup>, Humberto Pascale <sup>55, 56</sup>, J. Toledo Piza <sup>58, 59</sup>, J. N. Miléo <sup>53</sup>, J. Mello Silva <sup>81</sup>, Rubens do Amaral <sup>2-6</sup>, Fernando C. Lemos <sup>46-49</sup>, W. Belda <sup>10</sup>, J. F. Costa <sup>21</sup>, A. Enge <sup>31</sup>, A. A. Moll. <sup>54</sup>, B. Bueno <sup>16</sup>, Barros Ferreira <sup>34-37</sup>, Sólton Fernandes <sup>33</sup>, Alberto Rovai <sup>73</sup>, J. Ribeiro <sup>72</sup>, F. Carlos <sup>18</sup>, Carlos

---

Recebido para publicação em 3-2-1964.

\* Conferência pronunciada na Faculdade de Higiene e Saúde Pública durante a Sessão Solene da Congregação, realizada em 11-4-1962, em comemoração do 1º Centenário do Nascimento de Emilio Marcondes Ribas.

\*\* Professor Assistente da Cadeira de Epidemiologia e Profilaxia Gerais e Especiais da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP.

S. Lacaz <sup>11</sup>, Altino Arantes <sup>8</sup>, Aureliano Leite <sup>15</sup> e tantos outros que, na medida de suas possibilidades, lhe reverenciaram o nome, num preito de admiração ao grande higienista pindamonhangabense.

Não me proporei uma análise minuciosa de sua vida, tal é a messe de benefícios prestados à causa da saúde pública, na sua polimorfa atividade, cuja apreciação não caberia no reduzido espaço de tempo de que disponho para esta despretensiosa palestra.

Procurando focalizar, apenas, alguns fatos culminantes de sua carreira, que o colocaram entre os maiores higienistas de nossa terra, despirei minhas palavras dos atavios de estilo para obedecer, unicamente, aos imperativos da verdade histórica.

\*  
\*      \*

#### “EMÍLIO RIBAS, O EPIDEMIOLOGISTA”

Nomeado Inspetor Sanitário em Comissão <sup>78</sup>, a 11 de setembro de 1895, assumiu o cargo a 1.º de outubro desse mesmo ano.

A 23 de janeiro de 1896 era designado para servir no antigo Desinfetório Central — hoje Secção de Epidemiologia e Profilaxia Gerais — como auxiliar do então Diretor, Dr. Diogo Teixeira de Faria, outro “grande” da saúde pública paulista no fim do século passado, conforme ofício da Diretoria do Serviço Sanitário <sup>80</sup>, e que vai abaixo transcrito:

“Armas da República      Diretoria do Serviço Sanitário

N.º 142      São Paulo, 23 de janeiro de 1896

Ao Cidadão Dr. Director da Secção  
de Desinfecções.

Comunico-vos que foi nesta data designado para servir nessa Secção o inspetor sanitario Dr. Emilio Ribas.

Saude e Fraternidade

O Director Geral,  
Dr. J. J. da Silva Pinto Jr.”

A 18 de setembro de 1896, por Decreto do Govêrno do Estado, juntamente com outros colegas era efetivado no cargo de Inspetor Sanitário <sup>78</sup>.

Na qualidade de Inspetor Sanitário enfrentou RIBAS, na Capital e no Interior, diversas epidemias, principalmente de febre amarela em Rio Claro, Araraquara, Piraçununga, São Caetano, Jaú e Campinas, especialmente nesta última cidade.

Até 1896, o serviço de higiene estadual concentrava-se na Capital, de onde, na pitoresca frase de Borges Vieira <sup>85</sup>, “qual corpo de bombeiros, acudia as cidades do Interior, nas ocasiões de epidemias, enviando-lhes Comissões Sanitárias”.

Nesse mesmo ano de 1896, resolveu o Diretor do Serviço Sanitário nomear Comissões Sanitárias permanentes, nos municípios onde grassava a febre amarela, tendo sido RIBAS designado para chefiar a de Campinas.

Ali chegou êle a 23 de julho de 1896, e tinha como auxiliares diretos os Drs. Theodoro Bayma e Francisco Moretzsohn.

Das dificuldades que encontrou, na época, para o desempenho de sua missão, fala bem alto o seguinte trecho do seu Relatório <sup>61</sup>, enviado ao Diretor Geral no dia *31 de janeiro de 1898*:

“Campinas, a par de edificações com todo o conforto e higiene, possui uma porcentagem elevadíssima de casebres, em virtude da facilidade com que eram realizadas construções diversas, sem o “visto” dos competentes no assunto.

Êste fato explica-se, sobretudo, pela grande necessidade de domicílios para aquêles que, em número avultado, procuravam se estabelecer nesta próspera cidade, desprezando-se, então, indispensáveis medidas de higiene, como as boas instalações em matéria de construção, etc.

No policiamento sanitário foi sempre preocupação principal desta Comissão melhorar, tanto quanto possível, o domicílio, sobretudo o seu interior.

E se êsse critério não estava assentado em estudos definitivos, êle era devido à observação que tive, quando em comissão em diversas localidades do interior do Estado, destacando-se entre elas o Jaú.

Nesta cidade (Jaú) houve em 1896 a reprodução de uma epidemia de febre amarela, tendo esta aparecido pela primeira vez, em 1892.

Estou convencido que o foco da infecção em 1896 estava em regra, no interior das habitações, porquanto os quintais em geral eram bem asseados e as fossas desinfetadas. Esta epidemia teve por causa a revivescência dos germes deixados em 92 e não foi importada como se dizia.

Oficiei-vos comunicando que era essa a minha opinião e que a Câmara Municipal tinha sido solícita, tomando tôdas as medidas sanitárias a seu alcance, removendo ou incinerando o lixo dos quintais.

Se, porém, vossa atenção se voltasse para o interior das habitações o quadro seria completamente outro; desde a construção defeituosíssima até a falta absoluta de asseio, — casinhas estreitas, escuras e imundas, com soalhos esburacados, a fazer o papel de velhos porões de navios, se achavam cheios de estrangeiros recém-chegados.

O resultado dêste estado de coisas não se fêz esperar, e quando o terrível morbo explodia com o seu primeiro caso na rua das Flôres, hoje Marechal Bittencourt, o que foi essa epidemia sabem-no os desgraçados que viram cair vitimados entes queridos e eu que tive de repelir, com armas na mão, o plano infame e desorganizador do serviço sanitário, engendrado pela autoridade policial em exercício que, ao invés de se colocar a meu lado como mandaria o patriotismo (se ela o tivesse), fugiu covardemente ao cumprimento do dever, para obedecer, servilmente, à política tacanha de campanário.

Só tendo do meu lado o prestante e patriótico cidadão Paulino Maciel, então Intendente Municipal, tive de lutar com dificuldades múltiplas, para organizar o serviço e de ver, em grande parte o meu esforço nulificado pela inepta autoridade que, de mãos dadas com os curandeiros e estrangeiros ignorantes, foi grandemente culpada no desenvolvimento rápido e extraordinário da epidemia de 1896 no Jaú, já por não auxiliar, já por impedir, por meios ardilosos, as medidas sanitárias de urgente execução”.

As lutas que, por essa época, teve RIBAS que sustentar, estão bem documentadas no Álbum-Poliantéia, editado, em 1954, pelo jornal “Correio da Noroeste”, de Bauru, comemorativo do Centenário de Jaú, do qual transcrevemos a seguir o impressionante trecho intitulado: “Jaú na História da Luta Internacional Contra a Febre Amarela”:

#### “HOMENAGEM A VITAL BRASIL”

Só em 13 de maio é que se considerou debelado o surto; e o grato acontecimento foi comemorado com um banquete à comissão sanitária mandada de São Paulo pelo Govêrno. Integrada por farmacêuticos, estudantes e médicos, dela fazia parte o Dr. Valentim Butler Browne, que depois montou consultório em Jaú e aí foi jornalista e político, tendo pertencido à Câmara Municipal.

Chefiara a Comissão o Dr. Vital Brasil (Vital Brasil Mineiro da Campanha), que acabara de colar grau e com o apoio do grande sanitarista que foi EMÍLIO RIBAS, começava uma carreira das mais impressionantes através da qual se projetaria para além das fronteiras pátrias, graças à descoberta do seu sôro anticrotálico.

### “NÓVO SURTO AMARÍLICO”

Em 1895 registrou-se em vários pontos nôvo surto de febre amarela, especialmente em Araraquara, de onde os trens saíam com um carro sem comunicação com os outros, só abrindo as portas para desembarcar os passageiros no destino, onde ficavam sob rigorosa observação das autoridades. O Dr. José da Silva Pinto Jr., então Diretor Geral do Serviço Sanitário, dirigia-se, entre outras, à Câmara Municipal de Jaú. Em seu ofício dizia que convinha pôr a população local ao abrigo de uma possível invasão da moléstia, levada por pessoas que fugindo ao seu contágio iam saindo dali, devendo as mesmas ficar sob observação durante os primeiros dias de sua chegada para, no caso de qualquer manifestação ou suspeita, tomar-se as devidas providências e impedir a propagação do mal.

Ao mesmo tempo que se comissionava o Dr. Evaristo da Veiga para atender ao setor de Belém do Descalvado, Leme, São Carlos e Rio Claro, remetiam-se para Jaú, também no mesmo setor, drogas que pudessem melhorar o seu estado sanitário: 10 kg de bicloreto de mercúrio, 50 de clorureto de cal, 200 de sulfato de cobre e 240 de sulfato de ferro, 5 de ácido sulfúrico, 40 de Crezil e 40 de ácido fênico cru.

### “PRESENÇA DE EMÍLIO RIBAS”

Foi então que rebentou nova epidemia, precedida de alguns casos esporádicos anteriores, destituídos de maior gravidade. Era seu foco inicial um soldado do destacamento, que ainda esta vez viera de Rio Claro e não fôra isolado, por deficiência de diagnóstico. Dias depois caiu doente o tabelião Major Alberto Barbosa, cuidado por outro médico. Nasceu entre os dois facultativos uma divergência, mas, sobrevivendo novos casos, reuniram-se em conferência todos os facultativos da cidade. Coube a EMÍLIO RIBAS, então Inspetor Sanitário, mandado de São Paulo pelo Govêrno, confirmar nessa conferência a presença do mal.

Por meio de boletins, o vice-presidente da Câmara, Dr. Constantino Fraga, preveniu a população, concitando-a a deixar a cidade, o que provocou intensa reação, dirigida por elementos do comércio, que temiam as conseqüências do êxodo sôbre os negócios, então os mais volumosos do interior do Estado, por se tratar de um dos principais empórios cafeeiros. Mantinha-se EMÍLIO RIBAS à testa dos trabalhos de debelação da epidemia, quando veio a saber da existência de um hospital clandestino, organizado por certo curandeiro que, explorando as costumeiras abusões e credices, comuns em tais ocasiões, infundia na população verdadeiro horror às medidas tomadas pelos médicos oficiais, sabotando, dessa maneira, os seus esforços.

### “AGITAÇÃO POPULAR”

Diante disso, o chefe da Comissão orientou pessoalmente uma diligência que removeu compulsoriamente todos os doentes do curandeiro. Foram todos eles alojados no Hospital de Isolamento, já construído, desde 1894, por ordem do Presidente Bernardino de Campos, na base da dura experiência da epidemia anterior.

Daí resultou séria agitação popular, e esta se agravou pelo fato de ter a parte culta e esclarecida da população e a quase totalidade das autoridades, desertado do centro urbano, entregue dessa forma à sanha dos elementos mais ignorantes.

O chefe da Comissão, tocado pela energia da sua mocidade e pelo entusiasmo da causa da saúde pública, e alertado providencialmente do levante que se preparava, resolveu resistir e obstar os intentos dos amotinados, que eram a sua degradante expulsão da localidade e a retirada dos doentes hospitalizados regularmente. Em face da situação, essa resistência rodeou-se de circunstâncias inteiramente inéditas: o sanitarista, arvorado em comandante da praça e guerrilheiro, aliciou os presos da Cadeia Pública para lutarem a seu lado, armando-os com uma dezena de velhos fuzis encontrados na sala da guarda. Com esse pugilo, formado por tão insólito destacamento, fêz levantar trincheiras nas entradas principais do Isolamento, visado pelos rebeldes; estes recebidos com tal aparato, perderam o ímpeto inicial e, advertidos do poder mortífero das “armas do govêrno”, acabaram por dispersar-se.

### “OS PRESOS MANTÉM A ORDEM”

Sobreveio então, para o inusitado episódio, um estranho epílogo: aqueles pobres presidiários boçais, alguns deles facinoras na extensa região de que Jaú era cabeça, contagiados pela personalidade do improvisado comandante, com o qual só haviam tomado contato horas antes, *devolveram-lhe, uma a uma, as armas* que lhes foram entregues; e, ordeiramente, retomaram seus lugares na prisão, confiando em vagas promessas de minorações penais que, de fato, foram depois conseguidas para muitos, mas, no momento, não passavam de generosa promessa verbal daquele jovem médico a quem acabavam de servir.

Tinham prestado, porém, um serviço realmente inestimável. EMÍLIO RIBAS, cujo prestígio eles concorreram para consolidar, permitindo-lhe a continuação da tarefa difícil que o levava ao Jaú, declarava extinta a epidemia *em julho de 1896*, quando o número de casos fatais era estimado em sessenta por cento.

Não se limitaria, porém, ao esforço de apenas sanear uma cidade. Guiado pelos seus admiráveis dotes pessoais de estudo e observação, estaria, dentro de dois anos, à frente da chefia geral dos serviços sanitários do Estado, incumbido-lhe agora a tarefa, que executou com firmeza proverbial, de erradicar do meio paulista a peste amarílica”.

\*  
\*   \*  
\*

Não obstante as vicissitudes por que passava na sua árdua missão, o apoio decisivo de seus superiores confortava-o e estimulava-o a prosseguir na luta sem desfalecimentos. Assim, a 17 de novembro de 1896, recebia êle de seu ilustre conterrâneo — Dr. Antonio Dino da Costa Bueno — então Secretário do Interior, a seguinte missiva:

“São Paulo, 17 de novembro de 1896

Ilmo. Sr. Dr. Emilio Ribas

Minhas saudações

Tenho lido os seus relatórios e observado que os serviços da Comissão Sanitária, a seu cargo, têm despertado as simpatias da cidade de Campinas, que, assim, ficará preservada de qualquer enfermidade, por isso espero que, sempre animado da melhor vontade, continuará a trilhar o caminho até aqui encetado, esforçando-se para bem corresponder à expectativa pública. Queira, portanto, aceitar com os seus dignos companheiros de Comissão, os agradecimentos que lhe dirijo em virtude do cargo que exerço, assim como a manifestação do meu regozijo individual, por ver a Comissão tão bem dirigida por um distinto conterrâneo.

Sempre ao dispor, com estima e consideração,

Afso. Amo. Colga.

*A. Dino Bueno.*”<sup>15</sup>

Admiráveis tempos aquêles, em que os homens de govêrno costumavam ler os relatórios dos que tinham sob sua guarda a saúde do povo e, o que é mais nobre, mostravam-se reconhecidos pela dedicação demonstrada no cumprimento do dever! . . .

Durante 10 anos pagou Campinas pesadíssimo tributo à febre amarela. Por volta de 1897 começaram a surgir os primeiros resultados benéficos da campanha levada a efeito, desde o ano anterior, pela Comissão chefiada pelo saudoso higienista, saneando-se a bela cidade em 1898: apenas três óbitos de febre amarela, em confronto com 321 vidas ceifadas em 1897 e 788 em 1896.

Por essa época era também elevada a incidência da tuberculose, da variola, da febre tifóide, não só na Capital mas também no Interior, a desafiar a ação dos poderes públicos.

Foi então que o Governo do Estado resolveu confiar a EMÍLIO RIBAS a direção geral do Serviço Sanitário, tendo em vista os meritórios trabalhos que vinha desenvolvendo nas campanhas antiamarílicas no Interior.

E assim, em menos de três anos, de modesto Inspetor Sanitário (Médico Sanitarista de hoje), passava a ocupar o mais alto cargo na hierarquia sanitária paulista, conquistado à custa dos próprios méritos. E a 15 de abril de 1898, recebia êle do Presidente do Estado em exercício — Dr. Peixoto Gomide — o seguinte telegrama:

“(N.º 14) Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais

Telegrama Recebido

De Peixoto Gomide  
Para EMÍLIO RIBAS

Campinas

Contando com o vosso auxílio em bem do serviço público, acabo de vos nomear Diretor do Serviço Sanitário. Saudações.

? Paulista, 15/4/98.”<sup>79</sup>

Foi o início, então, de um dos mais fecundos períodos da higiene paulista, que teve em EMÍLIO RIBAS um verdadeiro apóstolo!

Na memorável Conferência<sup>68</sup> que, a convite do Centro Acadêmico “Oswaldo Cruz”, pronunciou em 1922, ao referir-se às lutas que travou contra a febre amarela, dizia RIBAS:

“O meu espírito, entretanto, estava naquela época (1898, quando fui nomeado Diretor do Serviço Sanitário) inclinado a não mais acreditar no contágio direto, como secularmente foi ensinado”.

“Dirigindo, em 1896, os trabalhos para a extinção da febre amarela na cidade de Jaú, na qualidade de Inspetor Sanitário, tive, pela primeira vez, profundamente abaladas as minhas convicções sobre o mecanismo de contágio da terrível moléstia. Jaú, um dos principais centros agrícolas do Estado, recebia, naquela época, grandes levas de estrangeiros destinados às lavouras de café. E êsses recém-chegados ao nosso país, extremamente receptíveis à cruel moléstia, foram grandemente sacrificados.

Assisti ao dolorosíssimo quadro de ver na orfandade não pequeno número de crianças, cujos pais faleceram de febre amarela; e pelo horror do contágio da moléstia que os havia vitimado, encontrei-me em sérias dificuldades para socorrê-las. Assim é que, apesar dos abnegados esforços do então Prefeito Municipal de Jaú, Sr. Paulino de Oliveira Maciel, não nos foi possível obter uma casa para abrigo desses órfãos, nem pessoa idônea para dispensar-lhes os necessários cuidados, tal era o pavor que inspirava a mortífera epidemia. Naquela aflitiva emergência tive que lhes dar agasalho no Hospital de Isolamento, distante da cidade de Jaú cerca de três quilômetros; e aí observei o seguinte: ou as crianças já vinham infeccionadas da cidade ou a moléstia se manifestava depois de decorrido o período habitual de incubação, ou elas não contraíam mais a febre amarela, depois de cinco dias de entradas para o Hospital, apesar do avultado número de amareletos aí internados. Essa observação calou no meu espírito, e foi inteiramente contrária à teoria do contágio direto da febre amarela, do doente à pessoa sã”.

Esse trecho, de fina observação epidemiológica, bem o diz Ferreira <sup>40</sup>, “deve ficar registrado em destaque na história brasileira da febre amarela”.

Isso ocorreu em 1896! E, quando em fins de outubro de 1900, a célebre Comissão de médicos norte-americanos em Cuba, inspirada nas sábias observações feitas, vinte anos antes pelo genial Finlay, pôde anunciar ao mundo, no Congresso de Indianápolis, que o transmissor da febre amarela era um mosquito — o *Culex fasciatus* — tal descoberta veio aclarar no espírito arguto de RIBAS os motivos do desaparecimento da doença de Campinas, em 1898, e de Santos, em 1900, onde antes era endêmica. Percebeu êle que as obras de saneamento levadas a efeito em ambas as cidades (entupimento de poços, remoção do lixo, drenagem do solo e das águas estagnadas, retificação de cursos d’água, etc., e, em Santos, a construção das Docas), embora para outros fins, tinham, por lhes contrariarem os hábitos, combatido os mosquitos.

E antes de decorridos três meses da divulgação da Nota Preliminar <sup>63</sup>, da Comissão havanesa, publicava EMÍLIO RIBAS, a 14 de janeiro de 1901, a primeira monografia sôbre a profilaxia da febre amarela no Brasil, de acôrdo com a nova doutrina.

Realçando a importância desse acontecimento, ao homenageá-lo por ocasião da sua aposentadoria, em 1917, diziam os seus colegas Redatores dos Anais Paulistas de Medicina e Cirurgia <sup>22</sup>:

“Convencido de que por meio das desinfecções não se conseguiria combater a febre amarela, aceitou com entusiasmo a doutrina havanesa da transmissão da febre amarela pelo mosquito *Stegomyia calopus*. Assim, a doutrina de Fin-

lay foi aceita pelo Diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo quando ainda não tinha merecido a aprovação do governo americano. Somente depois dos trabalhos de Walter Reed, Carroll, Agramonte e Lazear, comprovados pelas experiências de G. Gorgas e Juan Guiteras, é que foi assentado executar-se o saneamento de Cuba de conformidade com a doutrina de Finlay. No entanto, a Diretoria do Serviço Sanitário, ou melhor o Doutor RIBAS, um mês antes da guerra contra os mosquitos em Havana, publicava e fazia distribuir largamente, as primeiras instruções preventivas da febre amarela, aconselhando francamente a luta contra os mosquitos.

O Estado de São Paulo precedeu desse modo ao governo americano em Cuba, na campanha contra o agente transmissor da febre amarela. Em São Simão e Ribeirão Preto, em 1902, as comissões sanitárias agiram de acordo com os princípios formulados pelo Diretor do Serviço Sanitário:

Vejamos, a propósito, o que a esse respeito informava o próprio RIBAS<sup>68</sup>:

“E o exemplo de Ribeirão Preto, onde grassou naquela ocasião o terrível morbus, foi muito mais interessante do que a observação feita em Havana. Na capital de Cuba foram executadas importantes obras de saneamento, e na cidade paulista, com todas as condições favoráveis para enormes explosões do mal, com uma população de 14.000 habitantes, na sua grande maioria estrangeiros, muito receptivos à mortífera moléstia, a febre amarela foi exterminada, apesar do mau serviço de água e esgotos, com a aplicação de *uma única medida* — a rigorosa guerra aos mosquitos”.

E continua ele:

“Desde aquela época (1903) tivemos a solução definitiva da nossa “delenda Cartago”, porquanto há 19 anos completos todo o território paulista ficou inteiramente livre das explosões do mortífero morbus. São Paulo, que foi o primeiro a levantar a nova bandeira do combate, na América do Sul, venceu em toda a linha o inimigo do progresso da nossa Pátria.

“A insalubridade de Santos deixou de ser o espantoso de outros países. As tripulações estrangeiras que, apavoradas, entregavam outrora os serviços de carga e descarga de seus navios mercantes aos nacionais e iam procurar abrigo longe daquele porto, voltaram a frequentá-lo sem o menor receio.

“Dir-se-ia, em relação a Santos, que o decreto de D. João VI, abrindo os nossos portos ao comércio mundial, só se tornou francamente efetivo 93 anos depois!”.

Tais palavras, repassadas de patriotismo e solidez de convicção científica, devem ter calado fundo no espírito dos jovens acadêmicos paulistas, aos quais eram dirigidas.

Em face de restrições opostas às conclusões de Havana, por ter sido tal cidade, por muitos anos, foco endêmico de febre amarela, podendo a transmissão dar-se através de outros vetores que não o *Stegomyia*, resolveu RIBAS repetir entre nós as célebres experiências, a fim de convencer seus opositores, alguns dentre seus mais categorizados auxiliares.

Convidou para acompanhá-las uma douta comissão de médicos, alheios à repartição sanitária, composta dos Drs. Luís Pereira Barreto, Adriano de Barros e A. G. da Silva Rodrigues. Todos êles, com bastante prática do diagnóstico da doença, prontificaram-se a examinar os voluntários que se submeteram às picadas dos mosquitos infectados: EMÍLIO RIBAS, em primeiro lugar, seguido de Adolfo Lutz, companheiro inseparável nessas campanhas e, logo após, os Srs. Oscar Moreira, André Ramos, Domingos P. Vaz e um italiano de nascimento, chamado Januário Fiori, verdadeiros heróis anônimos, cuja coragem e patriotismo tanto devem comover-nos!

Na segunda parte das experiências, outros três abnegados voluntários, não imunes, recém-chegados da Itália, — os Srs. Malagutti Giuseppe, Angelo Paroletti e Siniscalchi Giovanni — dormiram durante 10 noites, no Hospital de Isolamento de São Paulo, em camas cujas roupas tinham sido propositadamente contaminadas por vômito negro e excretos de doentes de febre amarela, “sem que apresentassem o menor sintoma”.

Cumpro o dever de ressaltar, por imperativo da justiça histórica, a coragem cívica do ilustre paulista — Dr. Bento Bueno — então Secretário do Interior, que assumiu, pessoalmente, perante o Presidente do Estado, a responsabilidade das experiências, pois relutava em permiti-las.

Admirando-lhe a firmeza de atitude, relata Manuel Ferreira <sup>40</sup>:

“Surge então, ombro a ombro com EMÍLIO RIBAS, suportando o mesmo choque de idéias contrárias, lutando com uma fé e com uma coragem tanto mais extraordinárias, quando é certo que era um leigo, êsse homem cujo nome há de ficar guardado como um dos maiores estadistas temperados na forja dos homens férreos de São Paulo”.

A Bento Bueno, portanto, rendemos neste momento, as nossas homenagens sinceras.

Foram os mais brilhantes e concludentes, diz Vital Brasil<sup>11</sup>, os resultados dessas experiências, que serviram de base a importante memória que, sobre o combate à febre amarela em São Paulo, apresentou RIBAS ao 5.º Congresso de Medicina e Cirurgia, realizado no Rio de Janeiro, em 1903.

Quando foi lida a memória de RIBAS nesse Congresso, — informa ainda o saudoso Diretor do Instituto Butantã — a nomeação de Oswaldo Cruz para o elevado cargo de Diretor Geral da Saúde Pública do Brasil era muito recente. Tendo êste decidido também combater a febre amarela conforme a nova doutrina, irrompeu contra êle forte campanha pela imprensa, movida por elementos prestigiosos e de grande influência, de modo que “foram oportuníssimas as conclusões a que chegou o Diretor do Serviço Sanitário de São Paulo no documentado trabalho que apresentou, justamente no momento em que eram distribuídos pela imprensa da metrópole os planos do sábio higienista”.

Desaparecia, pois, de São Paulo, em 1903, o flagelo da febre amarela, que, somente cinco anos mais tarde, seria também banido da antiga Capital da República, graças à atuação enérgica e esclarecida do grande Oswaldo Cruz!

Verifica-se, portanto, que na luta contra a febre amarela no Brasil e América Meridional, o grande pioneiro, não há negar, foi EMÍLIO RIBAS!...

\*  
\* \*

#### “EMÍLIO RIBAS, O ADMINISTRADOR SANITÁRIO”

Não obstante ter sido a vitória sobre a febre amarela o seu maior padrão de glória, a ação de EMÍLIO RIBAS foi tão polimorfa, que, “pode-se dizer que não houve assunto sanitário que não fôsse por êle abordado com proveito”.

Cuidou, com proficiência, do problema da tuberculose, da lepra, da peste, da difteria, da malária, da ancilostomose, do tracoma, etc.

Merece menção especial, pela importância que assumiu na época, a ação de RIBAS no combate à peste bubônica, que, grassando na Europa, ameaçava invadir os portos da América. Tendo surgido o primeiro caso em Santos, em 1899, em breve “atingiu outras cidades do Estado, como a Capital, Taubaté, Pindamonhangaba, Sorocaba, etc.”.

O aparecimento da peste em Santos causou, no testemunho dos contemporâneos<sup>12</sup>, “o mais profundo abalo no espírito público, que receava ver implantar-se entre nós mais uma moléstia pestilencial e exótica, comprometendo os foros sanitários do país e afugentando ainda mais a imigração, tão necessária ao desenvolvimento das lavouras de café”.

As dificuldades encontradas para a aquisição de sôro antipestoso, pois "o Instituto Pasteur de Paris só o cedia mediante requisição diplomática, tantas eram as solicitações que diàriamente recebia", levaram o Dr. RIBAS a propor ao Presidente Fernando Prestes a fundação de um instituto soroterápico, que é hoje o nosso famoso Instituto Butantã, que, conforme testemunha o próprio Vital Brasil<sup>10</sup>, seu primeiro Diretor, "foi criação de EMÍLIO RIBAS".

Fundou êle ainda a Secção de Proteção à Primeira Infância, a Inspetoria Sanitária Escolar, o Serviço de Profilaxia e Tratamento do Tracoma. Reorganizou o Serviço Sanitário, remodelando o Desinfetório Central, o Hospital de Isolamento (que hoje tem o seu nome), o Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas, o Laboratório Farmacêutico, a Secção de Engenharia Sanitária.

No que concerne à tuberculose, lá está Campos do Jordão, cujo desenvolvimento como estância climática se deve à clarividência de RIBAS, coadjuvado entusiásticamente por Vítor Godinho e outros dedicados companheiros.

Por volta de 1892 projetou-se a construção de uma estrada de ferro para Campos do Jordão, partindo de Pindamonhangaba, mas a iniciativa não se concretizou. Graças, porém, aos esforços de EMÍLIO RIBAS e Vítor Godinho, em 1911, aí temos a Estrada de Ferro Campos do Jordão, que veio contribuir poderosamente para o progresso, não só de Pindamonhangaba, mas também do sul de Minas Gerais.

Estudou RIBAS, com critério e segurança, a forma atenuada da varíola — o alastrim<sup>67</sup> — levando o resultado dos seus estudos aos centros científicos, inclusive do Velho Mundo, onde foram largamente discutidos e acatados.

Muitos anos de sua vida foram dedicados ao estudo do problema da lepra, do qual foi também pioneiro no Brasil. Haja vista os magníficos trabalhos que publicou a respeito da etiologia e profilaxia do mal de Hansen<sup>69, 70</sup> e que apresentou em congressos científicos onde foram devidamente apreciados.

Em maio de 1948, na magistral conferência que pronunciou, aqui mesmo no Grêmio "Emílio Ribas", dizia o saudoso leprólogo Prof. José Maria Gomes<sup>12</sup>, que foi um dos ornamentos do corpo docente desta Casa:

"EMÍLIO RIBAS teve a coragem de abrir luta contra o tabu da ilha, e num Congresso Médico aqui reunido em 1916, sustentou a tese que a lepra não se combate com medidas bárbaras, que o isolamento deveria ser, quanto possível, espontâneo, que o contágio não se evita com distâncias exageradas, mas com preceitos de higiene, e advogou a fundação de asilos-colônias próximas das grandes cidades".

E encerrava, com as próprias palavras de EMÍLIO RIBAS, sua formosa conferência.

“A sociedade, que tira a êstes doentes a liberdade, tem o dever imperioso de assegurar-lhes o bem-estar material e tudo o que possa atenuar a crueldade da sua sorte”.

Naquele Congresso a palavra de RIBAS foi a caridosa clarinada pela humanização dos métodos de tratamento e profilaxia da lepra, fazendo com que Artur Neiva mandasse colocar, na entrada do Asilo-Colônia de Santo Ângelo, a inscrição que D. Pedro II, contraditando a famosa frase de Dante, mandou gravar na portada do Hospital dos Lázaros, do Rio de Janeiro:

*“Aqui renasce a esperança!”*

O patriotismo e o sentido nacional da obra de RIBAS, em São Paulo, ressaltam, à evidência, do Relatório que a 30 de janeiro de 1905 “encaminhava ao Secretário do Interior e Justiça, Dr. José Cardoso de Almeida, o qual encerrava com as seguintes palavras:

“São estas, ilustre cidadão, as considerações que entendemos dever acrescentar à exposição que, na forma do disposto no Regulamento Sanitário, cabe-nos trazer ao vosso conhecimento. Fazendo-as, quisemos apenas contribuir quanto nos fôsse possível, para o desenvolvimento do Serviço Sanitário de São Paulo, aliás considerado por todos o mais bem organizado do Brasil. E não devemos deixar de consignar aqui que êste reconhecimento, já manifestado em 1900 pelo Govêrno Federal, ocasionou, ainda em 1904, a incumbência aos funcionários desta Diretoria, Drs. Vítor Godinho, Adolfo Lindenberg e Augusto Pacheco, de debelar a epidemia de peste que irrompeu no Maranhão.

Às solicitações do Govêrno daquele Estado atendemos, por autorização do vosso antecessor, enviando serum e vacina em grande quantidade, cedendo enfermeiros, desinfetadores e outros funcionários subalternos, que, sob a direção daqueles colegas, viram os seus esforços coroados do mais completo êxito.

Dirigindo o Serviço Sanitário acha-se naquele Estado o Inspetor Dr. Augusto Pacheco, que solicitou a necessária licença ao Congresso Legislativo.

Ocorre também lembrar que quase todos os Estados têm modelado os seus serviços pelo de São Paulo.

Eis porque confiamos que as nossas observações serão julgadas dignas de preocupar o Exmo. Sr. Presidente e o Congresso Legislativo do Estado.

Saúde e Fraternidade.

Ao Ilustre Cidadão Dr. Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça.

O Diretor,  
*Dr. Emílio Ribas*

São Paulo, 30 de janeiro de 1905”.

Da repercussão da obra de RIBAS no estrangeiro dá valioso testemunho a carta em que o Prof. Hoffmann, Diretor do Laboratório Finlay, de Cuba, agradece ao Prof. Borges Vieira, então Diretor Geral do Serviço Sanitário, a oferta do primeiro número dos “Arquivos de Higiene e Saúde Pública”, órgão da Diretoria Geral do Departamento de Saúde, em 1936:

“Habana, Cuba, 15 Oct. 36

Cerro 593. Laboratório Finlay

Muy distinguido  
Sr. Director Geral

Con muchas gracias acabo de recibir el interesante Num. 1 de los Archivos de Higiene e Saude Publica que tenía la gran amabilidad de mandarme.

Felicito a Ud. de tan oportuna publicación. Yo conosco bien los grandes meritos del Dr. RIBAS en el campo de la Medicina Tropical y estoy especialmente interesado en la documentación historica publicada en el Num. 1 sobre los experimentos que en el año 1903 se realizaron en São Paulo, sobre la fiebre amarilla y el mosquito.

También con los trabajos del Dr. RIBAS sobre alastrim y sobre la lepra me he consultado muchas veces.

Con mis repetidas gracias y con mi distinguida consideración, quedome de Ud. Sr. Director Geral,

muy respetuosamente,  
*Prof. W. H. Hoffmann M.D.”*

Seus quase vinte anos de fecunda atividade, à frente do Serviço Sanitário paulista, mereceram de Paz Soldán<sup>sz</sup>, Presidente da 8.<sup>a</sup> Conferência Sanitária Panamericana, realizada em Lima, em 1927, estas fraternas referências:

“EMÍLIO RIBAS escreve nesse paraíso de São Paulo, durante vinte anos de renúncias e abnegações, a página de maior emoção, talvez, de quantas têm escrito com sua vida os higienistas do Nôvo Mundo Meridional; sua pobreza franciscana e sua rebeldia ante as dádivas, emprestam à sua memória a auréola impressionante da virtude, a mais frágil das forças humanas!”

Ao encerrar sua extraordinária conferência<sup>68</sup>, feita a convite dos jovens acadêmicos da Faculdade de Medicina de São Paulo, dizia RIBAS:

“É perfeitamente tranquilizadora a nossa situação.

“O Serviço Sanitário de São Paulo está sendo dirigido pelo Prof. Geraldo de Paula Sousa, que reúne à competência profissional os mais preciosos dotes morais. E ele há de honrar, no desempenho do espinhoso cargo, as virtudes cívicas dos seus nobres antepassados, que souberam sacrificar-se pela causa pública.

“O nosso Departamento Sanitário, verdadeiro pòsto de sacrifícios, não pode ser dirigido senão por um homem que tenha êsse feitio moral, que pratique o bem pelo próprio bem.

“Sem êsses requisitos não teremos os resultados benéficos da boa aplicação da higiene, mas sim as exibições sem alcance prático para a salubridade do Estado.

“Além disso, os experimentados auxiliares da repartição de higiene e os jovens colegas que partem desta Faculdade levando um preparo capaz de resolver todos os embaraços que surgem nas campanhas sanitárias, representam uma incontestável garantia para a saúde pública em São Paulo”.

\*  
\*   \*  
\*

Certa vez, já no seu leito de enfêrmo, disse EMÍLIO RIBAS à sua espôsa, que se achava à sua cabeceira:

“Você sabe que data é esta, Mariquinha? Faz 36 anos que nos casamos!”

E ela retrucou, pilheriando:

“36, não; 16 só, porque 20 você gastou no Serviço Sanitário!”

Esta frase de D. Maria Carolina Bulcão RIBAS<sup>76</sup>, cujo nome pronuncio sempre com o mais profundo respeito, é tão expressiva que dispensa comentários!...

E a 19 de dezembro de 1925 falecia em São Paulo, aos 63 anos de idade, êsse grande paulista, “em meio à legião vitoriosa, da qual êle fôra um general”, na eloqüente expressão de Manuel Ferreira<sup>77</sup>.

\*  
\*   \*  
\*

E eis aí, senhores, em pálida e imperfeita síntese, quem foi e o que fêz êsse homem extraordinário, cuja obra, tão benéfica para a comu-

nidade paulista, só pode ser comparada à que realizou mais tarde, no campo nacional, o grande Oswaldo Cruz!

Felizmente, porém, para honra nossa, já se vai fazendo a devida justiça, embora um pouco tardia, à memória daquele no qual já reconhecia Moll <sup>54</sup> um “public health pioneer in São Paulo”, um “Benemérito Servidor do Estado e Benfeitor da Humanidade”, como lhe chamou Clemente Ferreira <sup>38</sup>, e que foi, no dizer de Paula Sousa <sup>83</sup>, o “Pioneiro da renovação sanitária do Brasil”.

Ao encerrar esta despreziosa oração, em honra do nosso inescusável homenageado, vale recordar, ainda uma vez, o verbo lapidar de Rui Barbosa, gênio tutelar da nacionalidade:

“A Pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo; é o céu, é o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade!”

Cultuemos, pois, a memória daqueles pioneiros que desbravaram os ínvios caminhos que hoje palmilhamos, e as novas gerações, reconhecidas, resguardarão para a posteridade os tesouros morais da nossa Pátria!...

#### REFERÊNCIAS

1. ABRAMCZYC, J. Emilio Ribas. Folha de São Paulo, 11-4-1960.
2. AMARAL, R. Uma reparação. *A Cidade* (Pindamonhangaba) 4-12-1938.
3. — Ribas, o Esquecido. *A Gazeta* (São Paulo) 13-6-1960.
4. — O centenário de Emilio Ribas. *A Gazeta* (São Paulo) 28-7-1961.
5. — Ribas, êsse desconhecido. *Diário de São Paulo*, 23-2-1962.
6. — Ribas, o Pioneiro. *Arq. Hig.* (S. Paulo) 27(91):15-18, 1962.
7. ANTUNES, P. C. de A. [Emilio Ribas — Conferência] 1948. (*In* Arq. Grêmio “Emilio Ribas”, FHSP, USP).
8. ARANTES, A. Lição e exemplo. *Arq. Hig.* (S. Paulo) 27(91):11, 1962.
9. AYRES, M. Uma vida que é uma grande lição. *Jornal de Piracicaba*, 18-4-1953.
10. BELDA, W. Emilio Ribas na luta contra a lepra. *Diário de São Paulo*, 26-8-1961.
11. BOUERI, F. Emilio Ribas. *Diário do Vale do Paraíba* (Taubaté) 30-9-1944.
12. BRANDÃO, H. Serviço Sanitário. *Brasilidade* (Santos) n. 20, abr. 1938.

13. BRASIL, V. Memória histórica do Instituto Butantã. São Paulo. Ed. Pocaí, 1941.
14. ——— Emílio Ribas. *Arq. Hig.* (S. Paulo) 1(1):7-12, 1936.
15. BUENO, A. D. da C. [Carta a Emílio Ribas] de 17-11-1896. (*In* Arq. da Família Ribas).
16. BUENO, B. Emílio Ribas e a febre amarela. *Rev. Ilustração*, 4-3-1943.
17. CARDOSO, F. A. [Emílio Ribas — Conferência] 24-7-1946. (*In* Arq. do Grêmio "Emílio Ribas" FHSP, da USP).
18. CARLOS, F. Emílio Ribas. *Arq. Hig.* (S. Paulo) 27(91):9-10, 1962.
19. CORREIA, H. M. S. Homenagem a Emílio Ribas. São Paulo, 1956. (*In* Arq. da Diretoria Geral do Departamento de Saúde do Estado. SSPAS).
20. CORREIA, H. Emílio Ribas. *O Tempo* (São Paulo) 30-4-1953.
21. COSTA, J. F. [Emílio Ribas — Discurso]. *Arq. Hig.* (S. Paulo) 17(51):385-389, 1952.
22. EDITORIAL. Emílio Ribas. *Ann. paul. Med. Cirurg.*, 8(4):77-83, 1917.
23. ——— Emílio Ribas. *Mem. Inst. Butantã*, 3 (n.º unico):5-6, 1926.
24. ——— Emílio Ribas. *Diário da Noite* (S. Paulo) 2/9 de 8-1928.
25. ——— Emílio Ribas, paladino da luta contra a tuberculose. *Correio Paulistano*, 12-4-1960.
26. ——— Emílio Ribas, vítima de ingratidões. *A Gazeta*, 23-2-1962.
27. ——— Herma a Emílio Ribas. *A Gazeta* (S. Paulo) 10-8-1956.
28. ——— Homenagem a Emílio Ribas. *Novoterapia*, 6:40-43, 1926.
29. ——— Monumento a Emílio Ribas. *Folha da Noite* (S. Paulo) 16-8-1956.
30. ——— Notas biográficas do grande esquecido. *A Gazeta* (S. Paulo) 2-4-1962.
31. ENGE, A. O combate à febre amarela no Brasil. *Diário de São Paulo*, 19-5-1929.
32. FAVERO, F. Emílio Ribas, bandeirante sanitário. *Fôlha da Noite* (São Paulo) 15-8-1948.
33. FERNANDES, S. Heróis e inimigos da Medicina. *Folha da Manhã* (São Paulo) 8-5-1940.
34. FERREIRA, B. — Emílio Ribas, titã na luta contra a morte. *Diário de São Paulo*, nov./dez. 1949.
35. ——— Uma experiência que salvou da morte amarela o Brasil. *O Estado de São Paulo*, 29-6-1956.
36. ——— Ribas, o vencedor da peste. São Paulo, Ed. Melhoramentos, s.d.
37. ——— A glória esquecida de um grande cientista de São Paulo. *A Gazeta* (S. Paulo) 4-4-1959.
38. FERREIRA, C. Emílio Ribas um benemérito servidor do Estado e um benfeitor da humanidade. *Arq. Hig.* (S. Paulo) 1(1):15-19, 1936.
39. FERREIRA, M. Emílio Ribas. *A Gazeta* (S. Paulo) 24-1-1953.

40. FERREIRA, M. J. Emilio Ribas: conferência pronunciada durante o 3.º Congresso Brasileiro de Higiene, em São Paulo, a 11-11-1926. *Arq. Hig.* (S. Paulo) 1(1):23-35, 1936.
41. GOMES Jr., F. S. [Emilio Ribas: discurso] *Folha da Manhã* (São Paulo) 9-8-1944.
42. GOMES, J. M. Emilio Ribas e um pouco da história da lepra (Conferência) 1948. (In *Arq. do Grêmio "Emilio Ribas", FHSP, da USP*).
43. JORNADA MÉDICA EMÍLIO RIBAS, promovida pela Associação Paulista de Medicina pelo transcurso do centenário de Emilio Ribas. Pindamonhangaba, 1-3-1962.
44. LACAZ, C. da S. Emilio Ribas e sua participação na profilaxia da febre amarela e da febre tifóide. *Arq. Hig.* (S. Paulo) 27(91):67-68, 1962.
45. LEITE, A. Emilio Ribas, benfeitor da humanidade. *Arq. Hig.* (S. Paulo) 27(91):12-14, 1962.
46. LEMOS, F. C. Emilio Ribas e a febre amarela. *O Tempo*, São Paulo, 11-1-1963.
47. — Trigésimo aniversário da morte de Emilio Ribas. *Rev. PN*, 16(247):72, 1955.
48. — Emilio Ribas, um pioneiro na luta contra epidemias. *O Tempo*, 8-2-1953.
49. — Emilio Ribas, gênio paulista da Saúde Pública. *O Tempo*, 11-4-1953.
50. LINO, J. C. Ribas, precursor do saneamento. *Visão*, 20(15):42-43, 1962.
51. MARCONDES, A. Pindamonhangaba através de dois e meio séculos. 2ª ed. São Paulo, Tip. Paulista, 1922.
52. MEDEIROS, M. Precusores e prioridades. *A Gazeta* (S. Paulo) 5-7-1948.
53. MILÃO, J. N. — Emilio Ribas e a sua obra. *Arq. Hig.* (S. Paulo) 10(23):144-149, 1945.
54. MOLL, A. A. Aesculapius in Latin America. Philadelphia, Saunders, 1944.
55. PASCALE, H. Personalidade médica de Emilio Ribas: conferência pronunciada durante a Jornada Médica "Emilio Ribas", Pindamonhangaba, 6-4-1962.
56. — Emilio Ribas, o administrador. *Arq. Hig.* (S. Paulo) 27(91):63-66, 1962.
57. PEREIRA, M. C. Seara bendita. São Paulo, Civilização Brasileira, 1956.
58. PIZA, J. de T. A extinção da febre amarela no Norte do Paiz e a Comissão Rockefeller (Discurso). *Bol. Soc. Med. Cirurg. S. Paulo*, 6(6):71-75, 1923.
59. — *et alii*. Comissão Pró Herma de Emilio Ribas, 1956. (In *Arquivos da DG do Departamento de Saúde da SSPAS*).
60. REIS, J. Emilio Ribas, glória ainda pouco lembrada. *Folha da Manhã* (S. Paulo) 31-1-1954.
61. RIBAS, E. M. Relatório de 1898 da DG do Serviço Sanitário do Est. de São Paulo. (In *Arquivos da DG do Departamento de Saúde da SSPAS*).
62. — O mosquito como agente da propagação da febre amarela. São Paulo, Imprensa Oficial, 1901.
63. — Profilaxia da febre amarela. Rio de Janeiro, Tip. Besnard Frères, 1903.

64. — Relatório de 1904 da DG do Serviço Sanitário do Est. de São Paulo. (In Arquivos da DG do Departamento de Saúde da SSPAS).
65. — Relatório de 1906 da DG do Serviço Sanitário do Est. de São Paulo. (In Arquivos da DG do Departamento de Saúde da SSPAS).
66. — Relatório de 1907 da DG do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. São Paulo, Ed. Duprat, 1908.
67. — Alastrim, amaa ou milk-pox. São Paulo, Imprensa Oficial, 1910.
68. — Campanhas sanitárias (Conferência. *O Estado de São Paulo*, 18-11-1922.
69. — Etiologia da lepra. *Ann. paul. Med. Cirurg.*, 2(4):113-118, 1914.
70. — Frequência da lepra em São Paulo. Profilaxia da lepra. São Paulo. Ed. E. Riedel, 1918.
71. RIBAS, E. M. (necrológico). *O Estado de São Paulo*, 20-12-1925.
72. RIBEIRO, J. Emilio Ribas. *Anhembí* (S. Paulo) 115(39):93-102, 1960.
73. ROVAI, A. Ribas, êsse desconhecido. *Tribuna do Norte* (Pindamonhangaba) 20-12-1953.
74. SANTOS, J. A. A. dos. *In memoriam* do Dr. Emilio Marcondes Ribas. *Tribuna do Norte* (Pindamonhangaba) 25-12-1943.
75. — Em memória de Emilio Marcondes Ribas. *Tribuna do Norte* (Pindamonhangaba) 20-12-1953.
76. — [Emilio Ribas, o maior higienista de São Paulo — Conferência]. *Arq. Hig.* (S. Paulo) 12(31/34):301-311, 1947.
77. — *In memoriam* de Emilio Ribas, conferência pronunciada no Grêmio "Emilio Ribas" da FHSP da USP, 1959. (Mimeografado).
78. SÃO PAULO (Estado). Serviço Sanitário. Nomeação de Emilio Ribas para Inspetor Sanitário em comissão, 11-9-1895. (In Arq. da DG do Departamento de Saúde da SSPAS).
79. — Nomeação de Emilio Ribas para Diretor Geral do Serviço Sanitário, 11-4-1898.
80. — Ofício datado de 23-1-1896. (In Arq. da Secção de Epidemiologia e Profilaxia Gerais do Departamento de Saúde da SSPAS).
81. SILVA, J. M. Dados biográficos de Emilio Ribas. *A Ciência da Vida*, 9:286-290, 1952.
82. SOLDÁN, C. A. P. Palabras de un higienista. (In Conferencia Sanitária Panamericana. 8ª, Lima, 1927).
83. SOUZA, G. H. de P. Ribas, pioneiro da renovação sanitária no Brasil (Conferência). *Bol. Inst. Hig. S. Paulo*, n. 72, 1941.
84. TAMEIRÃO, H. P. Emilio Ribas e Campos do Jordão. *Arq. Hig.* (S. Paulo) 27(91):69-71, 1962.
85. VIEIRA, F. B. Em memória de Emilio Ribas. *Bol. Soc. Med. Cirurg. S. Paulo*, 21(9-10):296-307, 1937.
86. — Campinas e a obra de Emilio Ribas (Conferência). *Arq. Hig.* (S. Paulo) 5(8):91-111, 1940.
87. — Emilio Ribas. *Rev. Med. S. Paulo*, 24(82):9-26, 1940.